

Sobrevive o Descritivismo Actualizado aos Argumentos Modais?

Por João Branquinho

Este ensaio contém uma defesa argumentada de uma resposta negativa para a pergunta que constitui o seu título.

É habitual a ideia de que os argumentos modais aduzidos por Saul Kripke (Kripke 1980) e outros filósofos contra a teoria descritivista do sentido ou conteúdo de nomes próprios e de outros termos (e.g., termos para categorias naturais) acabam por não constituir objecções fortes ou decisivas contra a teoria. A ideia é defendida mesmo por aqueles que não têm qualquer objecção de princípio relativamente ao emprego de noções modais, e, em especial, ao recurso ao aparato de mundos possíveis; e anda naturalmente associada à pretensão de que são de facto os chamados argumentos *semânticos*, argumentos como o argumento da ignorância e o argumento do erro (Devitt e Sterelny 1999), aqueles que estão mais perto de proporcionar uma refutação da teoria descritivista.

Queremos aqui discutir essa ideia com algum detalhe e mostrar, no mínimo, que ela é discutível. De facto, acreditamos que há argumentos razoáveis que nos habilitam a resistir àquilo a que podemos chamar a *actualização* do descritivismo por meio daquilo a que podemos chamar a *obstinação* do anti-descritivismo.

1. Descrições Actualizadas

A razão da alegada fraqueza dos argumentos modais anti-descritivistas é a de que, aparentemente, eles podem ser eficazmente contrariados através de réplicas descritivistas de carácter igualmente modal baseadas naquilo a que vamos chamar descrições *actualizadas*. Esta pretensão é habilmente defendida por adeptos do descritivismo como Alvin Plantinga (Plantinga 1978), Leonard Linsky (Linsky 1977), John Searle (Searle 1983), e, mais recentemente, Jason Stanley (Stanley 1977).

Descrições actualizadas são termos obtidos a partir de descrições definidas singulares dadas, tomadas em uso atributivo, por meio de uma indexação ao mundo actual dos predicados componentes; ou, equivalentemente, por meio da prefixação às frases abertas componentes de um operador frásico de actualidade. O processo tem o efeito semântico importante de converter quaisquer descrições definidas que sejam originariamente designadores flexíveis de indivíduos dados em designadores rígidos desses indivíduos, em

descrições que denotam o indivíduo que de facto denotam em todos os mundos possíveis em que esse indivíduo existe.

Tome-se uma descrição definida qualquer da forma **O F** ou **O x tal que x é F** (em notação integral, $\mathbf{1xFx}$). A descrição actualizada que dela resulta será então da forma **O actual F** ou **O x tal que, actualmente, x é F** ($\mathbf{1xA Fx}$, em que **A** é o operador de actualidade). Note-se que tanto faz escrever **O x tal que, actualmente, x é F**, com o advérbio a funcionar como operador frásico, como **O x tal que x é actualmente F**, com o advérbio a funcionar como dispositivo de construção de predicados a partir de predicados. Por exemplo, dada a descrição ‘O ditador nazi’, a descrição actualizada correspondente será ‘O actual ditador nazi’, ou ‘A pessoa que, na realidade (no mundo actual), é um ditador nazi’; dada a maneira como as coisas são, ambas as descrições – actualizada e não actualizada – denotam obviamente a mesma pessoa, Hitler.

A semântica que regula o operador de actualidade garante de imediato a rigidez das descrições actualizadas. O facto básico a esse respeito é dado na seguinte regra de avaliação semântica para frases governadas pelo operador (**s** é uma frase arbitrária):

(S) Uma frase da forma **As** é verdadeira num mundo possível **m** se e só se **s** é verdadeira no mundo actual @.

Assim, enquanto que uma frase como ‘Hitler é um ditador’ pode bem ser falsa num de entre muitos mundos meramente possíveis **m**’, a frase ‘Actualmente, Hitler é um ditador’ é verdadeira em **m**’ (supondo que a primeira frase é verdadeira *simpliciter*). Do mesmo modo, enquanto que uma frase como ‘Hitler é alemão’ pode bem ser verdadeira num mundo meramente possível **m**’, a frase ‘Actualmente, Hitler é alemão’ é falsa em **m**’ (supondo que a primeira frase é falsa *simpliciter*). Segue-se, em geral, que frases da forma **s** e **As** não são logicamente equivalentes, pois a frase bicondicional **s sss As** não é necessariamente verdadeira (apesar de se tratar de frases materialmente equivalentes). O operador de actualidade tem assim o efeito de tornar o valor de verdade modal de qualquer frase que resulte da sua prefixação a uma frase dada sensível apenas à maneira como as coisas de facto são, às características do mundo actual: o valor de verdade da frase subordinada num mundo meramente possível é irrelevante para o efeito.

Aplicando estas considerações a termos descritivos e às frases abertas aí intervenientes, temos a seguinte regra semântica para a atribuição de uma denotação a uma descrição actualizada com respeito a um mundo possível:

(R) Dada uma descrição da forma \mathbf{ixAFx} e um mundo possível \mathbf{m} , se há em \mathbf{m} um e um só indivíduo \mathbf{y} que satisfaz em \mathbf{m} a frase aberta \mathbf{AFx} , ou seja, se há em \mathbf{m} um e um só indivíduo \mathbf{y} que satisfaz em \mathbf{m} a frase aberta \mathbf{Fx} , então a descrição \mathbf{ixAFx} denotará \mathbf{y} relativamente a \mathbf{m} ; caso contrário, a descrição \mathbf{ixAFx} não denotará nada relativamente a \mathbf{m} .

Suponha-se agora que uma descrição não-actualizada \mathbf{ixFx} denota um indivíduo \mathbf{y} relativamente a \mathbf{m} . Segue-se de (R) que a descrição actualizada \mathbf{ixAFx} denotará \mathbf{y} relativamente a todos os mundos possíveis nos quais \mathbf{y} exista e não denotará nada relativamente aos outros mundos, adquirindo assim a rigidez que a descrição não-actualizada não tinha. Por exemplo, enquanto que a descrição não-actualizada ‘O ditador nazi’ é presumivelmente um designador meramente flexível de Hitler (supondo que denota Hitler relativamente ao mundo actual), a descrição actualizada ‘O actual ditador nazi’ é já um designador rígido de Hitler (sob a mesma suposição).

2. O Descritivismo Actualizado

Aquilo que podemos designar por descritivismo **actualizado** é uma teoria actualizada em dois sentidos da palavra: (a) no sentido habitual de uma teoria que se modernizou, e, em particular, acompanhou as transformações da era pós-kripkeana; (b) no sentido menos habitual de uma teoria baseada em descrições actualizadas do género anteriormente mencionado.

A tese definidora da teoria é a tese (A) introduzida abaixo. Ela é aqui formulada apenas em termos da variante clássica de descritivismo, com uma única descrição, e não em termos da variante disjuntivista ou em termos da variante dos agregados descritivos; mas isso parece ser suficiente para bloquear os argumentos modais anti-descritivistas e adequado para os fins da presente discussão.

(A) Para cada nome \mathbf{NN} , para cada utilizador competente \mathbf{f} de \mathbf{NN} , e para cada uso de \mathbf{NN} por \mathbf{f} num contexto \mathbf{c} , há uma descrição definida singular da forma **O actual F** tal que: (a) \mathbf{f} associa a descrição **O actual F** a \mathbf{NN} em \mathbf{c} ; e (b) o sentido ou conteúdo de \mathbf{NN} em \mathbf{c} é o sentido ou conteúdo de **O actual F** em \mathbf{c} , sendo a referência de \mathbf{NN} em \mathbf{c} determinada nessa base como sendo um objecto \mathbf{x} se, e só, se **O actual F** denota \mathbf{x} em \mathbf{c} .

Note-se que a teoria sumarizada na tese (A) é simultaneamente uma teoria do sentido de nomes, na medida em que ela especifica, para cada nome, um determinado conteúdo ou valor proposicional relativamente a um contexto de uso, e, por implicação, uma teoria da referência de nomes, na medida em que ela especifica um mecanismo que permite determinar, para cada nome, a sua referência relativamente a um contexto de uso. Por outro lado, parece razoável supor que as descrições actualizadas são aquilo que os utentes competentes dos nomes próprios têm de facto em mente quando produzem as habituais descrições não-actualizadas que incorporam alguma informação substantiva que eles possam ter acerca dos portadores dos nomes. Por exemplo, o sentido de um meu uso presente do nome ‘Aristóteles’ seria dado numa descrição como e.g. ‘O actual filósofo grego que nasceu em Estagira e escreveu a *Metafísica*’, ou, mais coloquialmente, ‘A pessoa que, na realidade, foi o filósofo grego que nasceu em Estagira e escreveu a *Metafísica*’; e essa é certamente uma descrição que eu associo com o nome. E ‘Aristóteles’ designa na minha boca o indivíduo certo, o filósofo Aristóteles, porque esse é o indivíduo que a descrição denota no mundo actual.

3. Os Argumentos Modais

Não é muito difícil verificar que a tese (A) é imune aos habituais argumentos modais anti-descritivistas, em especial os argumentos da Rigidez Perdida e das Necessidades Não Desejadas (Devitt e Sterelny 1999: 51-4).

Quanto ao primeiro argumento, as descrições actualizadas propostas pela teoria descritivista são tão rígidas quanto os nomes próprios que, segundo a teoria, as abreviam. Não há assim qualquer perda de rigidez quando se passa dos nomes para as descrições associadas. Por conseguinte, a premissa crucial do Argumento da Rigidez – a pretensão de que nomes são em geral rígidos mas as descrições associadas não, e logo que os nomes têm propriedades semânticas que as descrições não têm – não pode sequer ser posta de pé no caso de as descrições relevantes serem descrições actualizadas. Logo, a conclusão desse argumento – a ideia de que nomes não podem ser descrições abreviadas, e logo que a tese (A) é falsa – não pode ser estabelecida nessa base.

Quanto ao segundo argumento, e supondo que ‘Aristóteles’ abrevia no meu idiolecto a descrição actualizada ‘O actual filósofo grego que nasceu em Estagira e escreveu a *Metafísica*’, basta verificar (por exemplo) que as frases listadas abaixo já não exprimem verdades contingentes. Logo, a teoria descritivista já não gera aí verdades necessárias não desejadas, verdades que deveriam ser necessárias mas que são plausivelmente contingentes.

Com efeito, as frases (1)-(4) são todas consequências da identidade necessária ‘Aristóteles é o actual filósofo grego que nasceu em Estagira e escreveu a *Metafísica*’; e são todas elas, argumentavelmente, necessariamente verdadeiras: são assim necessidades *desejadas*.

- (1) Se, actualmente, **x** é um filósofo grego e nasceu em Estagira e escreveu a *Metafísica*, então **x** é Aristóteles
- (2) Se **x** é Aristóteles, então, actualmente, **x** é um filósofo grego
- (3) Se **x** é Aristóteles, então, actualmente, **x** nasceu em Estagira
- (4) Se **x** é Aristóteles, então, actualmente, **x** escreveu a *Metafísica*

Cada uma das frases (1)-(4) é verdadeira em todos os mundos possíveis. Tomemos, por exemplo, (2). Suponhamos que um indivíduo **y** num mundo possível **m** satisfaz em **m** a antecedente de (2), a frase aberta ‘**x** é Aristóteles’. Ora, **y** só poderá ser Aristóteles, equivalendo a suposição a dizer que Aristóteles existe em **m**. Segue-se que **y** satisfaz em **m** a consequente de (2), a frase aberta ‘Actualmente, **x** é um filósofo grego’, pois **y** (=Aristóteles) satisfaz em @ a frase aberta ‘**x** é um filósofo grego’.

Em geral, o recurso a descrições actualizadas tem o efeito de bloquear qualquer diferença de estatuto modal entre uma frase que contenha um nome **NN** e uma frase que dela resulte pela substituição de uma ou mais ocorrências do nome pela descrição actualizada, **O actual F**, que ele supostamente abrevia. O estatuto modal de uma frase é dado em propriedades como a propriedade de a frase ter um determinado valor de verdade num mundo possível dado, a propriedade de exprimir uma verdade necessária, ou uma verdade apenas contingente, etc. Assim, a ideia é a de que se uma frase da forma ____**NN**____ tem um certo estatuto modal, e.g. é verdadeira num mundo **m**, então a frase ____**O actual F**____, obtida dela substituindo uma ou mais ocorrências do nome pela descrição actualizada, terá o mesmo estatuto modal. Não pode assim ser posta de pé a premissa crucial do Argumento das Necessidades Não Desejadas, a tese de que frases com o nome e frases com a descrição associada em vez do nome podem diferir em estatuto modal. Logo, não pode ser estabelecida nessa base a conclusão de que nome e descrição diferem necessariamente em sentido ou conteúdo, assumindo que factos acerca do estatuto modal são sobrevenientes com respeito a factos sobre o sentido ou conteúdo. A tese descritivista (A) permanece assim intocada: nome e descrição actualizada associada podem bem ter o mesmo sentido.

São considerações deste género que, por um lado, levam alguns dos proponentes mais hábeis do descritivismo a preferir a variante actualizada da teoria (veja-se, por exemplo, Searle 1983: 255-8; e, mais recentemente, Stanley 1987), tornando assim a teoria alegadamente imune aos argumentos modais; e, por outro lado, levam alguns dos opositores

mais hábeis ao descritivismo a abandonar os argumentos modais anti-descritivistas, ou a ter fortes dúvidas acerca da sua força probatória.

Quero, com as considerações que se seguem, contribuir para uma reabilitação geral do anti-descritivismo modal. Introduzo para o efeito uma variante dos argumentos modais à qual, julgo, nem o descritivismo actualizado pós-kripkeano resiste; as ideias de Kaplan acerca da rigidez de nomes (Kaplan 1989b: 569-71) influenciaram decisivamente a direcção da minha argumentação.

4. O Argumento da Obstinação

Há diversas objecções possíveis e *prima facie* credíveis contra o descritivismo actualizado. Muito em particular, há objecções razoáveis de carácter epistémico, as quais se baseiam na ideia de que frases com o nome e frases com a descrição actualizada associada em vez do nome diferem em potencial valor epistémico ou cognitivo, sendo tais diferenças eficazes na produção de diferenças de sentido ou conteúdo. Todavia, a linha de argumentação contra o descritivismo actualizado que queremos aqui introduzir e discutir é de natureza predominantemente modal. Trata-se de um argumento genérico que vamos designar como Argumento da Obstinação. Outro argumento que pode ser usado para o mesmo efeito, e que está de algum modo relacionado com este, deve-se a Kripke (1980) e baseia-se na sua distinção entre um designador rígido *de facto*, um designador cuja rigidez se deve a razões de natureza lógica, e um designador rígido *de jure*, um designador cuja rigidez se deve a uma estipulação de natureza semântica; a pretensão é naturalmente a de que nomes próprios têm a segunda forma de rigidez, enquanto que descrições rígidas, mesmo as actualizadas, têm a primeira.

O Argumento da Obstinação tem a seguinte estrutura.

Argumento da Obstinação

Premissa 1: Nomes próprios são designadores obstinadamente rígidos dos objectos que de facto designam.

Premissa 2: As descrições definidas actualizadas que são supostamente associadas com os nomes pelos falantes não são designadores obstinadamente rígidos dos objectos que de facto denotam, mas designadores persistentemente rígidos desses objectos.

Premissa 3: Propriedades de rigidez (obstinada/persistente) são propriedades semânticas sobrevenientes relativamente a propriedades de sentido ou conteúdo. Por outras palavras, qualquer diferença relativa a propriedades do primeiro género é necessariamente uma diferença relativamente a propriedades do segundo género.

Conclusão: Logo, nomes próprios não são, ou não abreviam, descrições actualizadas: o sentido de um nome não pode ser o sentido de uma descrição desse tipo.

O argumento depende crucialmente de uma distinção entre duas variedades de rigidez, a persistente e a obstinada, assim cognominadas por Nathan Salmon (1982: 32 e segs). Começamos por caracterizar a distinção através das seguintes definições.

(Obstinação) Seja **d** um designador de um indivíduo **x** relativamente ao mundo actual. **d** é um designador rígido obstinado de **x** se e só se, para todo o mundo possível **m**, **d** designa **x** com respeito a **m**.

(Persistência) Seja **d** um designador de um indivíduo **x** relativamente ao mundo actual. **d** é um designador rígido persistente de **x** se e só se, para todo o mundo possível **m**, se **x** existe em **m**, então **d** designa **x** com respeito a **m**.

A rigidez mais forte, se é que há na verdade duas, é a rigidez obstinada: qualquer designador obstinadamente rígido é, naturalmente, persistentemente rígido.

A premissa central do Argumento da Obstinação é a Premissa 1, a tese da rigidez obstinada de nomes. Já vamos regressar a ela e considerar diversos argumentos aduzidos para a suportar. Por agora, vejamos apenas qual é a ideia subjacente. A ideia é a de que se um nome próprio **NN** designa um objecto **x** com respeito ao mundo actual – ou seja, se **NN** designa **x** quando empregue numa frase usada para descrever o actual curso de acontecimentos – então **NN** designará **x** com respeito a **todos** os mundos possíveis; e, no caso de **x** ser um existente contingente, **NN** designará **x** mesmo com respeito a mundos onde **x** não exista. Por outras palavras, **NN** designará **x** quando empregue numa frase usada para descrever **qualquer** curso alternativo de acontecimentos. Assim, a Premisa 1 do Argumento da Obstinação estabelece, por exemplo, que um meu uso presente do nome ‘Aristóteles’ designa obstinadamente o filósofo Aristóteles. Ao usar uma frase como ‘Aristóteles poderia não ter existido’ para descrever uma certa situação contrafactual, estou ainda a falar de Aristóteles e não de outra pessoa; mas trata-se de uma situação onde o indivíduo designado não existe.

Uma reacção imediata à tese da rigidez obstinada consiste em observar que ela introduz um divórcio injustificado e contra-intuitivo entre duas noções que devem ser vistas como inseparáveis: a noção de **referência** a um objecto e a noção de **existência** de um objecto. O divórcio é, naturalmente, no sentido de a primeira noção pode ser aplicada a um indivíduo dado sem que a segunda o seja. Com efeito, a tese parece estar comprometida com a possibilidade de uma referência a objectos não existentes; por conseguinte, ela será duvidosa para quem ache que tal é simplesmente absurdo, que só nos podemos referir àquilo que existe.

Todavia, este género de reacção baseia-se num equívoco entre o caso da obstinação da referência e o caso da referência a objectos possíveis não actualizados. De facto, o caso que temos entre mãos é claramente diferente do caso de uma referência a objectos meramente possíveis, no sentido de objectos que não existem mas poderiam ter existido. No caso da rigidez obstinada, aquilo a que se faz uma referência são objectos que existem mas poderiam não ter existido, e não objectos que não existem mas poderiam ter existido (meros *possibilia*). Para além disso, o divórcio entre as duas noções pode ser desdramatizado da seguinte maneira. A referência é *relativa a* um mundo possível, mas não é executada *num* mundo possível: pergunta-se a que é que as palavras se referem tal como usadas por nós para descrever certas situações contrafactuais, não se pergunta a que é que as palavras se referem tal como usadas *nessas* situações contrafactuais. Em contraste, a existência é sempre *num* mundo possível, podendo naturalmente um indivíduo existir em mais do que um mundo. Temos pois de distinguir o mundo *gerador* da referência, o qual é o mundo do contexto das nossas elocuições, o mundo actual: os indivíduos obstinadamente referidos existem aí; e o mundo *alvo* da referência, a situação contrafactual que se está a descrever: os indivíduos obstinadamente referidos podem não existir aí (mas não deixam por isso de poder ser referidos).

Quanto à Premissa 2 do Argumento da Obstinação, a tese da rigidez persistente das descrições actualizadas, ela parece ser bem mais simples de estabelecer. E isso pode ser basicamente feito por meio de aplicações da regra semântica (R). A adequação desta regra parece ser relativamente incontroversa, pelo menos se tivermos em mente a noção de denotação de uma descrição que é característica da teoria das descrições de Russell. Tome-se uma dessas descrições actualizadas, **O actual F**, e suponha-se que ela denota um objecto **y** com respeito ao mundo actual: no mundo actual, **y** e só **y** satisfaz **F**. Ou seja, suponha-se que ela denota **y** quando empregue numa frase usada para descrever o actual curso de acontecimentos. Suponha-se ainda que **y** é um existente não necessário, e.g. uma pessoa ou um artefacto, e considerem-se duas classes de mundos meramente possíveis representadas

pelos mundos **m1** e **m2**. **m1** é um dos mundos onde **y** existe. Logo, pela regra (R) e pela regra semântica para o operador de actualidade, a denotação da descrição **O actual F** relativamente a **m1** será o objecto **y**. **m2**, pelo seu lado, é um dos mundos onde **y** não existe. Logo, também por (R), como nenhum existente em **m2** satisfaz o predicado **F** indexado ao mundo actual, tem-se que a descrição actualizada **O actual F** não denota nada relativamente a **m2** (na teoria de Russell, uma descrição imprópria relativamente a um contexto não denota nada relativamente a esse contexto). Por conseguinte, **O actual F** será um designador persistente, mas não obstinado, do indivíduo **y**. Por exemplo, a descrição actualizada ‘O actual autor da Metafísica’ designa Aristóteles relativamente a todos aqueles mundos onde Aristóteles existe, o que torna a sua rigidez persistente, mas não designa nenhuma pessoa relativamente àqueles mundos onde Aristóteles não existe, o que torna a sua rigidez não obstinada.

Supondo a Premissa 1 como dada, compare-se agora o comportamento semântico de um nome próprio **NN** de um existente contingente com o comportamento semântico de uma descrição actualizada **O actual F** da qual ele alegadamente seja uma abreviatura. Com respeito a mundos do tipo **m1**, o comportamento é coincidente: ambos os designadores **NN** e **O actual F** designam **y**, o referente de ambos no mundo actual. São assim designadores co-referenciais relativamente a mundos **m1**, e logo identidades da forma **NN=O actual F** são verdadeiras relativamente a mundos **m1**. Com respeito a mundos do tipo **m2**, o comportamento diverge: enquanto o obstinado **NN** continua a designar **y** com respeito a **m2**, o persistente **O actual F** não designa aí nada. Não são assim designadores co-referenciais relativamente a mundos **m2**, e logo identidades da forma **NN=O actual F** não são verdadeiras relativamente a **m2**. Se, para além disso, essas identidades são falsas nesses mundos é algo que só se segue se adoptarmos certas suposições adicionais; segue-se se, por exemplo, assumirmos uma análise Russelliana das descrições, à luz da qual qualquer frase atômica que contenha uma descrição que seja imprópria relativamente a um contexto é falsa relativamente a esse contexto. Em todo o caso, conclui-se que uma frase da forma **NN=O actual F** não é uma verdade necessária, uma vez que não é o caso que ela seja verdadeira em todos os mundos. Assumindo a obstinação de nomes e a persistência das descrições actualizadas com eles associadas, é de facto possível discernir uma diferença de estatuto modal entre uma identidade da forma **NN=NN** e uma identidade da forma **NN=O actual F**, com a primeira a ser uma verdade necessária e a segunda a não ser uma verdade necessária; ou, se preferirmos, com a segunda a ser uma verdade necessária apenas no sentido fraco de necessidade (Sainsbury 1991: 238-9) e a primeira a ser uma verdade necessária no sentido forte de necessidade. E este resultado

seria, argumentavelmente, o suficiente para exibir uma diferença de sentido entre nome e descrição actualizada.

Concedendo então a Premissa 2, e supondo que a Premissa 3 é plausível, o eixo do Argumento da Obstinação parece ser pois a Premissa 1, a tese da obstinação dos nomes. O que é que de substantivo se pode dizer a favor desta tese? Naturalmente, não estamos interessados em considerações que trivializem a tese tornando-a numa tese verdadeira por estipulação. Introduzo e discuto a seguir dois argumentos que, pelo menos à primeira vista, são susceptíveis de ser usados para estabelecer a Premissa 1; algumas das ideias que estão na sua origem podem ser encontrados na literatura, embora não sejam aí usadas exactamente para o mesmo efeito. Designo os argumentos da seguinte maneira: (1) O Argumento da Existência; (2) O Argumento do Tempo. Antecipando o resultado da discussão, creio que ambos os argumentos estão em posição de proporcionar um suporte sólido para a Premissa 1, e, logo, em geral, para o Argumento modal anti-descritivista da Obstinação. Se tudo isto estiver correcto, então a conclusão a extrair será a de que objecções de natureza modal continuam afinal a ser suficientes para rejeitar a teoria descritivista do sentido de nomes, mesmo quando esta é tomada nas suas versões actualizadas (quer no sentido técnico daquelas versões que invocam descrições actualizadas, quer no sentido não técnico de versões modernizadas da teoria).

5. O Argumento da Existência

Começamos pelo Argumento da Existência. A estrutura deste argumento, cuja essência se deve a Kaplan (1989b), pode ser exibida da seguinte maneira:

(1) O Argumento da Existência

Premissa (A): Seja NN um nome cujo referente actual é um existente contingente **y**. Então uma frase existencial negativa em que NN é o sujeito gramatical, uma frase da forma NN **não existe**, é verdadeira relativamente a um mundo possível **m** onde **y** não existe.

Premissa (B): A existencial negativa NN **não existe** é verdadeira relativamente a **m** só se NN designar **y** com respeito a **m**.

Conclusão: NN é um designador obstinado de **y**. (Supõe-se, obviamente, que NN designa **y** nos outros mundos, aqueles em que **y** existe).

A Premissa (A) é relativamente indisputável. Uma reacção extrema contra essa premissa seria a de, na linha de considerações feitas por Russell, classificar como sendo simplesmente destituídas de sentido quaisquer frases existenciais negativas *singulares*, frases em que o predicado gramatical ‘existe’, negado ou não, é combinado com um nome próprio genuíno; como aquilo que é destituído de sentido não está apto a receber um valor de verdade, a Premissa (A) seria falsa. Todavia, quem pensar dessa maneira provavelmente acha que o nome é uma descrição disfarçada e que, na realidade, não há de todo frases existenciais negativas *singulares*: as que parecem sê-lo são afinal, do ponto de vista da forma lógica, frases gerais (determinadas quantificações existenciais) negadas. Mas uma das versões da tese de que nomes são descrições disfarçadas é justamente o alvo do argumento do qual a Premissa (A) faz parte, pelo que um proponente do argumento pode sempre fazer uso dessa premissa sem qualquer problema.

Em todo o caso, a Premissa (A) poderia ser sempre reinterpretada de maneira a ser aceite por um descritivista, o qual objectaria antes à Premissa (B). De facto, à luz do descritivismo combinado com a teoria das descrições de Russell, **NN não existe** dá lugar a **O actual F não existe** e esta dá lugar à negação externa **Não é o caso que um e um só indivíduo satisfaz a frase aberta x é actualmente F** (ou seja, **Ou nenhum indivíduo satisfaz a frase aberta x é actualmente F ou mais do que um indivíduo a satisfaz**). A existencial negativa **NN não existe** seria assim verdadeira num mundo onde y , o indivíduo que no mundo actual satisfaz a frase aberta, não existe. Mas, por essa mesma razão, a Premissa (B) seria rejeitada: não é necessário que o nome **NN** refira o que quer que seja para que **NN não existe** seja verdadeira (o facto de a descrição actualizada que expande o nome não denotar nada torna imediatamente a frase verdadeira).

Por outro lado, note-se que a Premissa (A) pode ser reformulada recorrendo ao idioma modal, podendo ser vista como estabelecendo que há frases da forma **NN poderia não existir**, e.g. ‘Hitler poderia não existir’, que são verdadeiras. A forma lógica destas frases é $\Diamond \neg \mathbf{E}a$, em que a é uma constante individual e \mathbf{E} o predicado da Existência; e elas são verdadeiras no mundo actual se houver pelo menos um mundo m no qual o referente de a (Hitler) não exista. Do ponto de vista descritivista, com a descrição actualizada \mathbf{ixAFx} a substituir a constante individual, a forma lógica dessas frases seria dada em $\Diamond \neg \exists! \mathbf{xAFx}$ (há mundos onde y , a denotação da descrição no mundo actual, não existe).

A propósito, estas considerações sugerem um argumento de natureza diferente a favor do estabelecimento de uma distinção ao nível semântico entre nomes e descrições

actualizadas (e, indirectamente, a favor da obstinação de nomes). O argumento consiste em observar que uma frase da forma **a poderia não ser a** não admite nenhuma interpretação, quanto ao âmbito dos operadores frásicos intervenientes, em que seja verdadeira: as duas admitidas, a que é dada em $\Diamond \neg a=a$ e a que é dada em $\neg \Diamond a=a$, são ambas manifestamente falsas. Enquanto a frase correspondente da forma **a poderia não ser o actual F** admite uma interpretação em que é verdadeira: aquela em que o operador modal tem âmbito longo e o operador de negação âmbito intermédio, dada em $\Diamond \neg \exists!x (\mathbf{A}Fx \wedge a=x)$ (as outras duas interpretações que a frase admite, $\exists!x (\mathbf{A}Fx \wedge \Diamond \neg a=x)$ e $\Diamond \exists!x (\mathbf{A}Fx \wedge \neg a=x)$, são ambas falsas).

Mas regressemos ao Argumento da Existência e à sua premissa crucial: a Premissa (B). Ela estabelece que uma condição necessária da verdade de uma frase da forma **NN não existe** ('Hitler não existe') relativamente a um mundo **m** onde o referente de **NN** no mundo actual – **y** (Hitler) – não existe, é o nome **NN** ('Hitler') designar ainda **y** (Hitler) relativamente a **m**. Eis uma observação que pode ser usada a favor da Premissa (B). A ideia subjacente a essa premissa é a ideia correcta de tomar frases da forma **NN não existe** pelo seu valor facial, como aquilo que parecem ser; em particular, a ideia de ver **NN** como aquilo que aparenta ser, um nome genuíno, e ver **não existe** como aquilo que aparenta ser, um predicado monádico complexo de primeira ordem. Tratar o nome como uma descrição truncada e o predicado gramatical **existe** como um quantificador, um predicado de ordem superior, são coisas que andam a par: ou caem ambas ou ficam ambas (a última alternativa é, naturalmente, a essência da solução descritivista do problema das existencias negativas). Assim, uma existencial negativa como 'Hitler não existe' deve ser vista como aquilo que parece ser, uma predicção monádica negativa do mesmo género que 'Hitler não ganhou a guerra' e 'Hitler não é alemão'. Desta ideia à condição necessária estabelecida na Premissa (B) é um passo. Se **NN não existe** é uma predicção monádica como as outras, então as suas condições de verdade modais, a maneira como o seu valor de verdade relativamente a um mundo é determinado, são como as das outras predicções monádicas. Assim, tal como 'Hitler não é alemão' é verdadeira num mundo **m** se e só se o predicado 'alemão' não se aplicar em **m** ao indivíduo referido pelo nome 'Hitler' em **m**, também 'Hitler não existe' é verdadeira num mundo **m** se e só se o predicado 'existe' não se aplica em **m** ao indivíduo referido pelo nome 'Hitler' em **m**. Supondo que 'Hitler não existe' é verdadeira num mundo em que Hitler não existe (Premissa (A)), o indivíduo referido por 'Hitler' em **m** só pode ser Hitler, pois *ex hyphotesi* Hitler não satisfaz o predicado 'existe' em **m**.

Todavia, o Argumento da Existência, ou algo do género, tem sido recentemente objecto de réplicas razoáveis, a mais interessante das quais é a proporcionada por Stanley (1997). Nesta réplica argumenta-se que a Premissa (B) é de facto falsa, pois o dilema que ela representa é um falso dilema. O dilema é o seguinte. Ou ‘Hitler não existe’ não é verdadeira num mundo onde Hitler não existe (caso em que a frase não tem um valor de verdade nesse mundo, pois também não se pode dizer que é falsa aí), ou então ‘Hitler’ designa Hitler relativamente a esse mundo. O dilema é falso porque os seus “chifres” são ambos falsos. Com efeito, alega-se, é possível conciliar a intuição de que a frase é verdadeira num mundo onde Hitler não existe com a pretensão de que o nome ‘Hitler’ não designa Hitler nesse mundo, pela simples razão de que não designa ninguém nesse mundo. A conciliação é produzida recorrendo a uma analogia com a política adoptada por algumas lógicas livres em relação à avaliação de frases atómicas da forma **Fa** relativamente a interpretações nas quais **a** é uma constante individual vazia, à qual nenhum objecto corresponde no domínio da interpretação, e **F** é um predicado logicamente simples. A política consiste em avaliar frases da forma **Fa** como sendo falsas nessas interpretações, sendo as suas negações \neg **Fa** verdadeiras nas interpretações em questão. É assim que coisas como ‘Vulcão é um planeta’ viram falsidades e coisas como ‘Vulcão não é um planeta’ viram verdades. Por conseguinte, procedendo à analogia, ‘Hitler existe’ seria tomada como uma predicação monádica simples e avaliada como falsa num mundo relativamente ao qual o nome ‘Hitler’ é vazio, não designa nada. Mas então ‘Hitler não existe’, com o ‘não’ a ser lido como negação frásica ou externa, seria avaliada como verdadeira nesse mundo. Por conseguinte, a condicional da Premissa (B) do Argumento da Existência seria falsa e nomes próprios (de existentes contingentes) seriam afinal designadores persistentemente rígidos, sendo então falsa a Premissa 1 do Argumento da Obstinação.

Esta réplica é, sem dúvida, engenhosa. E tem a vantagem de tomar frases existenciais singulares pelo seu valor facial, como predicções monádicas, não incorrendo assim numa possível petição de princípio. A petição de princípio consistiria em assumir a rigidez persistente de nomes, analisados em termos de descrições actualizadas persistentes, num argumento a favor da rigidez persistente de nomes. Todavia, há três géneros de dificuldades que a réplica enfrenta e que fazem surgir dúvidas sobre a sua credibilidade.

A primeira dessas dificuldades é o carácter *ad hoc*, meramente estipulativo, da pretensão de que uma predicação simples que contenha um nome vazio na posição de sujeito é falsa. Entendida como um mero expediente técnico aplicável a termos de linguagens

artificiais, as constantes individuais de uma das linguagens da lógica de primeira ordem, a pretensão é irrepreensível: trata-se, aparentemente, de uma boa estipulação. Entendida como uma proposta acerca da semântica de termos de linguagens naturais, a pretensão já não é tão manifestamente correcta e precisa de ser suportada por considerações substantivas. O que é que milita a favor de considerar uma frase da forma **NN é G**, em que **G** é um predicado simples, como falsa quando **NN** não designa? Porque não considerá-la, como Frege fez, como não tendo um valor de verdade?

Para além disso, e mais importante, a analogia subjacente à réplica não parece ser uma boa analogia. De facto, há manifestamente uma diferença entre, de um lado, o caso de nomes vazios *simpliciter*, nomes como ‘Vulcão’ e ‘Pégaso’, os quais não designam nada com respeito ao mundo actual, e, do outro lado, o caso de nomes como ‘Marte’ e ‘Bucéfalo’. Estes últimos designam de facto algo com respeito ao mundo actual, apesar de poderem ser usados para descrever situações nas quais os seus referentes actuais não existem. No primeiro caso, o nome não designa nada com respeito ao mundo gerador da referência, o mundo actual: não há de todo um objecto; no segundo caso, o nome designa algo com respeito ao mundo gerador da referência: há um objecto, só que este pode é não existir em todos os mundos. Mais secamente: no segundo caso, temos um objecto; no primeiro, não. Ora, a política proposta para o primeiro caso, ao estilo das lógicas livres, não é necessariamente transferível para o segundo. Pode-se simplesmente contar um nome do segundo tipo como não sendo de facto vazio relativamente a qualquer mundo possível, mesmo um mundo que não contenha o seu referente actual. A propósito, na habitual semântica para a lógica modal quantificada, as constantes individuais comportam-se como designadores obstinados: um e o mesmo indivíduo é-lhes feito corresponder em qualquer interpretação, mesmo relativamente a mundos onde esse indivíduo não existe. Essa lógica não é, assim, uma lógica livre quanto às constantes individuais, as quais têm uma denotação fixa à partida, embora essa denotação possa não existir em todos os mundos. Naturalmente, estas considerações não são adequadas para estabelecer o que quer que seja acerca da obstinação ou persistência de nomes *naturais*.

Há também o seguinte argumento de carácter económico a favor da obstinação. Suponhamos que estamos a lidar com nomes não vazios relativamente ao mundo actual e cujos referentes são existentes contingentes (como vimos, parece ser esta a suposição relevante para a discussão). Seja **a** um desses nomes e **Fa** uma predicação monádica qualquer que o contenha. Então pode-se ainda argumentar que a semântica dessas frases, especialmente a parte relativa a uma especificação das suas condições de verdade modais (relativizadas a mundos), é enormemente simplificada se assumirmos a obstinação de nomes. Em contraste,

ela torna-se complicada se assumirmos a persistência de nomes e a associada política ao estilo das lógicas livres. Do ponto de vista da obstinação, as condições de verdade de **Fa** são dadas no seguinte tipo familiar de regra simples (**F** ser um predicado logicamente simples ou complexo é aqui irrelevante):

- (a) **Fa** é verdadeira num mundo **m** se e só se o objecto referido por **a** relativamente a **m** pertence à extensão de **F** relativamente a **m**.

Tal como não se exige que o objecto referido por um nome num mundo exista nesse mundo, também não se exige que a extensão de um predicado num mundo contenha apenas objectos existentes nesse mundo; por exemplo, tal é compreensível no caso de predicados como ‘está morto’ ao ocorrer em frases como ‘Teeteto está morto’. Assim, só há uma maneira de frases dessas serem falsas numa situação contrafactual: é o objecto referido na situação, quer esse objecto exista quer não na situação, não ser um dos objectos na extensão do predicado na situação (note-se que, dada a suposição supra, uma referência está sempre garantida). E isso pode suceder mesmo que o objecto referido não exista, e.g. se o predicado for ‘existe’ ou ‘está vivo’. ‘Hitler está vivo’ é assim falsa num mundo onde Hitler não existe; mas é-o em virtude de o indivíduo referido nesse mundo, Hitler, não pertencer à extensão de ‘está vivo’ nesse mundo, a qual só contém existentes nesse mundo.

Em contraste, do ponto de vista da persistência, a semântica complica-se um pouco. As condições de verdade de **Fa** são dadas no seguinte tipo de regra, em que **F** ser um predicado logicamente simples ou complexo já *não é* irrelevante:

- (b) **Fa** é verdadeira num mundo **m** se e só se há em **m** um e um só objecto **y** tal que **y** é referido por **a** relativamente a **m** e **y** pertence à extensão de **F** relativamente a **m**.

Exige-se aqui que o objecto referido por um nome num mundo exista nesse mundo: se não há objecto, também não há referência; e, que mais não seja por razões de simetria, é natural exigir também que a extensão de um predicado num mundo contenha apenas objectos existentes nesse mundo: se não há objecto, também não há predicação. Por conseguinte, na regra, **F** tem de ser um predicado logicamente simples; caso contrário, não poderia haver existenciais negativas verdadeiras. Assim, há duas maneiras de frases daquelas serem falsas numa situação contrafactual: ou não haver objecto referido na situação (em virtude de ele não existir aí); ou então haver um objecto referido mas ele não pertencer à extensão do predicado.

‘Hitler está vivo’ é assim igualmente falsa num mundo onde Hitler não existe; mas é-o apenas em virtude de o nome não referir. Penso que considerações relativas à simplicidade das regras semânticas nos podem levar a preferir a obstinação à persistência..

A segunda dificuldade que a réplica enfrenta tem a ver com a existência de algumas predicções simples com nomes vazios acerca das quais parece haver uma relutância fundada em avaliá-las como falsas. Os casos mais notórios são os de frases da forma $a=a$ em que a é um nome vazio, e.g. ‘Vulcão=Vulcão’, cujas negações da forma $\neg a=a$, e.g. ‘Vulcão não é idêntico a Vulcão’, seriam classificadas como verdadeiras. Para além disso, é bom observar de novo que as identidades relevantes não são de facto estas, mas antes identidades como ‘Hitler=Hitler’ avaliadas com respeito a mundos onde o referente actual do nome não existe. Ou, se preferirmos o idioma modal, relevantes são afirmações modais como ‘Hitler poderia não ter sido Hitler’. De acordo com o análogo da política das lógicas livres, estas afirmações seriam surpreendentemente contadas como verdadeiras. Como a identidade ‘Hitler=Hitler’ é estipulada como sendo falsa em mundos onde Hitler não existe, pois relativamente a esses mundos ‘Hitler’ não designa nada, a sua negação ‘Hitler não é Hitler’ é verdadeira nesses mundos; logo, a possibilitação desta última resulta verdadeira.

Finalmente, a terceira dificuldade reside no facto de a simplicidade ou complexidade lógica do predicado, a qual é decisiva para a classificação da frase em atómica ou não e logo para a sua avaliação, nem sempre ser óbvia. Se no caso das linguagens artificiais da lógica, linguagens com uma sintaxe especificada por meio de estipulações prévias, parece não haver problemas a esse respeito, já o caso de predicados de linguagens naturais é bem mais delicado. Considere-se uma frase como ‘Blair suicidou-se’ tomada como descrevendo um curso alternativo de acontecimentos em que Blair se matou; ou, equivalentemente, considere-se a frase ‘Blair poderia ter-se suicidado’ como avaliada relativamente ao mundo actual. Não é completamente claro de que maneira o predicado ‘suicidou-se’ é logicamente analisável, de modo a ser evitada a consequência desastrosa de a frase não modalizada ser contada como falsa relativamente a esse curso de acontecimentos e a frase modalizada ser falsa no mundo actual, exprimindo assim uma impossibilidade (não há mundos onde ‘Blair suicidou-se’ seja verdadeira: eles seriam mundos nos quais Blair não existe e nos quais, por conseguinte, o nome ‘Blair’ não denota, o que tornaria falsa a frase).

À luz das observações precedentes, não me parece ser em geral procedente o género de réplica ao Argumento da Existência e à sua Premissa (B) que acabámos de discutir, uma réplica que tem no entanto o mérito de ser baseada na suposição de que existenciais negativas

são predicacões genuínas, suposição essa concedida ao proponente do argumento. Talvez a objecção mais coerente ao argumento da parte de um oponente descritivista consista na estratégia já referida de abandonar a suposição e encarar as existencias negativas como negações de quantificações existenciais, com os nomes intervenientes a serem primeiro analisados em termos de descrições actualizadas. Note-se que, ao contrário de muitos dos habituais argumentos anti-descritivistas, especialmente os modais, o Argumento da Existência não é um argumento por redução ao absurdo, no qual de algum modo se assuma para efeitos de *reductio* o credo descritivista para depois exhibir algumas das suas consequências funestas. Há neste estádio da discussão, por conseguinte, uma espécie de empate entre o anti-descritivista obstinado e o descritivista actualizado, com este a insistir na falsidade da Premissa (B) e na incorrecção do Argumento da Existência e aquele a insistir na verdade da premissa e na correcção do argumento. Um desempate a favor do anti-descritivista obstinado depende assim da plausibilidade da Premissa (B). Como esta depende, pelo menos em parte, da plausibilidade da doutrina da existência como predicado de primeira ordem (pelo menos relativamente aos casos em discussão), o Argumento da Existência poderia ainda ser encarado como frágil por aqueles que tivessem dúvidas acerca desta doutrina. É assim aconselhável considerar outras possibilidades de defesa da tese da obstinação de nomes.

6. O Argumento do Tempo

Este é igualmente um argumento de suporte à Premissa 1 do Argumento da Obstinação. Trata-se de um argumento por analogia, cuja estratégia consiste em explorar as conhecidas semelhanças estruturais entre o tempo e a modalidade para estabelecer a conclusão de que nomes próprios são designadores obstinadamente rígidos. A estrutura do argumento é a seguinte.

Argumento do Tempo

Premissa (A): Nomes próprios são designadores, não apenas temporalmente rígidos, mas também obstinadamente temporalmente rígidos.

Premissa (B): É bem conhecida a analogia entre o tempo e a modalidade, dada de forma notória no facto de noções temporais e noções modais terem uma estrutura conceptual comum, no sentido de satisfazerem o mesmo conjunto de propriedades. Em especial, as noções e princípios da lógica modal têm, em geral, contrapartes imediatas naturais na lógica temporal.

Conclusão: Por analogia, nomes próprios são designadores, não apenas modalmente rígidos, mas também obstinadamente modalmente rígidos.

A direcção geral do argumento é, intuitivamente, a seguinte. Há tanta dificuldade na ideia de que nomes são modalmente obstinados como na ideia de que nomes são temporalmente obstinados: a noção de obstinação é tão problemática no caso modal como no caso temporal. Ora, a obstinação temporal não tem nada de problemático. Logo, a obstinação modal também não tem nada de problemático.

A premissa crucial do Argumento do Tempo é, naturalmente, a Premissa (A), a tese da rigidez temporal obstinada de nomes. Todavia, antes de a considerarmos, convém dizer alguma coisa com brevidade sobre a Premissa (B). Esta parece estabelecer um facto indisputável; mas convém dizer alguma coisa sobre os aspectos da analogia entre a modalidade e o tempo que são relevantes para a nossa discussão.

Começamos por introduzir caracterizações simples das noções de rigidez temporal persistente e obstinada, as quais são as contrapartes das noções modais de rigidez introduzidas atrás.

(Obstinação Temporal) Seja d um designador de um indivíduo x relativamente ao momento presente, t^* . d é um designador rígido temporalmente obstinado de x se e só se, para todo o tempo t acessível a partir de t^* , d designa x com respeito a t .

(Persistência Temporal) Seja d um designador de um indivíduo x relativamente ao momento presente, t^* . d é um designador rígido temporalmente persistente de x se e só se, para todo o tempo t acessível a partir de t^* , se x existe em t , então d designa x com respeito a t .

De novo, a rigidez mais forte – se é que de facto há duas variedades – é a obstinada: qualquer designador rígido temporalmente obstinado é, naturalmente, um designador rígido temporalmente persistente.

É fácil identificar, a partir daquelas caracterizações, os pontos de analogia. Assim, em vez de um conjunto de mundos possíveis, temos um conjunto de ocasiões ou instantes de tempo. Em vez de um mundo arbitrário m , temos um tempo arbitrário t , e, em vez do mundo actual @, temos o momento presente (*agora*) t^* . t^* é a origem e cada um dos tempos t tem uma posição na série que é definida relativamente a t^* , estando ou no passado em relação a t^* ($t < t^*$) ou no futuro em relação a t^* ($t > t^*$). Em vez de um conjunto (possivelmente vazio) de

indivíduos existentes em cada um dos mundos, temos um conjunto (possivelmente vazio) de indivíduos existentes em cada um dos tempos; e, tal como um indivíduo pode existir em mais do que um mundo e pode ser um existente modalmente contingente, havendo mundos no qual não existe, também um indivíduo (e.g., uma pessoa) pode existir em mais do que um tempo e pode ser um existente temporalmente contingente, havendo tempos no qual não existe. Em vez de noções semânticas – *verdade*, *designação*, *referência*, *extensão*, etc. – relativizadas a mundos, temos noções semânticas relativizadas a tempos; dizemos, por exemplo, que uma frase *s* é verdadeira ou falsa com respeito a um tempo *t*, que um nome **NN** designa um indivíduo *x* relativamente a um tempo *t*, que a extensão de um predicado **F** relativamente a um tempo *t* é uma certa classe de indivíduos, etc. Em vez de noções modais de necessidade e possibilidade definidas em termos de quantificações, universais ou existenciais, sobre mundos, temos noções temporais de necessidade e possibilidade definidas em termos de quantificações, universais ou existenciais, sobre tempos. Assim, uma frase *s* é agora necessariamente verdadeira se e só se, para qualquer tempo *t*, *s* é verdadeira relativamente a *t*; *s* é possivelmente verdadeira se e só se há pelo menos um tempo *t* relativamente ao qual *s* é verdadeira. E assim por diante.

Posto isto, vejamos qual é então a ideia subjacente à Premissa (A). A ideia é a de que se um nome próprio **NN** designa um objecto *x* com respeito ao tempo presente – ou seja, se **NN** designa *x* quando empregue numa frase usada para descrever a presente situação do mundo – então **NN** designará *x* com respeito a **todos** os tempos (passados ou futuros); e, no caso de *x* ser um existente temporalmente contingente, um indivíduo que existe agora mas que não existiu no passado ou que deixará de existir no futuro, **NN** designará *x* mesmo com respeito a tempos (passados ou futuros) onde *x* não existe. Por outras palavras, **NN** designará *x* quando empregue numa frase usada para descrever **qualquer** tempo acessível a partir do presente. Assim, a Premisa (A) do Argumento do Tempo estabelece, por exemplo, que um meu uso presente do nome ‘Kripke’ designa obstinadamente o filósofo Kripke. O nome designa naturalmente Kripke relativamente a todas as ocasiões nas quais Kripke existe. Se eu usar o nome numa frase como ‘Kripke reformou-se há dois anos’ para descrever uma situação no passado, estou a referir-me a Kripke. Mas, para além disso, o nome é obstinado. Se eu usar o nome numa frase como ‘Kripke ainda terá bastante influência daqui a 50 anos’, estou ainda a referir-me a Kripke, apesar de se tratar de uma ocasião onde o indivíduo designado provavelmente não existe.

A reacção que mencionámos atrás em relação à tese da rigidez obstinada modal, e que consiste em observar que ela introduz um divórcio entre as noções de **referência** a um objecto

e **existência** de um objecto, faz ainda menos sentido no caso temporal. Com efeito, a tese da rigidez obstinada temporal nem sequer está comprometida com a possibilidade de uma referência a objectos temporalmente distantes, uma referência a objectos passados ou uma referência a objectos futuros. Por conseguinte, ela nem sequer será duvidosa para quem ache (de uma forma muito pouco razoável, diga-se) que uma tal referência é incoerente, que só nos podemos referir àquilo que existe agora. De novo, um equívoco pode ser gerado entre o caso da rigidez obstinada temporal da referência e o caso da referência a objectos meramente possíveis do ponto de vista temporal. De facto, o caso que temos entre mãos é claramente diferente do caso de uma referência a objectos meramente possíveis desse ponto de vista. Note-se que estes seriam objectos que não existem no presente mas que “poderiam ter existido”, no sentido especial de haver pelo menos um tempo acessível a partir do presente, uma ocasião no passado ou no futuro, no qual eles existem. No caso da rigidez obstinada temporal obstinada, aquilo a que se faz uma referência são objectos que *existem no presente* mas que “poderiam não ter existido”, no sentido especial de haver pelo menos um tempo acessível a partir do presente, no passado ou no futuro deste, no qual eles não existem. Por conseguinte, não há de todo qualquer compromisso com a possibilidade de uma referência a objectos que não existem mas poderiam ter existido, a meros *possibilia* do ponto de vista temporal, ou seja, objectos passados ou objectos futuros. Naturalmente, o alegado divórcio entre as noções de referência e existência pode ser aqui desdramatizado de uma forma ainda mais óbvia. A referência é *relativa a* um tempo, mas não é executada *num* tempo: pergunta-se a que é que as palavras se referem tal como usadas por nós para descrever certas situações no passado ou no futuro, não se pergunta a que é que as palavras se referem tal como usadas *nessas* situações. Distinguimos também aqui entre duas coisas. De um lado, o tempo *gerador* da referência, o qual é o tempo do contexto das nossas elocuições, o momento presente: os indivíduos obstinadamente referidos existem aí; do outro, o mundo *alvo* da referência, a ocasião temporalmente distante que se está a descrever: os indivíduos obstinadamente referidos podem não existir aí, mas não deixam por isso de poder ser referidos.

Em suma, considerem-se frases como

(5) Kripke não existia quando Carnap publicou *Meaning and Necessity*

(6) Kripke não estará vivo daqui a 50 anos,

usadas por qualquer um de nós agora. Suponha-se que elas são verdadeiras. Frases deste tipo, ou melhor, consequências suas como ‘Kripke nem sempre existiu’ e ‘Kripke deixará de existir’, são de facto as contrapartes temporais de frases modalizadas como ‘Kripke poderia não ter existido’. Há nessas frases dois géneros de tempos a considerar: a ocasião do contexto

de uso das frases, a qual é o presente e relativamente à qual a referência das palavras é fixada: Kripke existe nessa ocasião; e as ocasiões, no passado ou no futuro, que caracterizam as situações descritas nas frases: Kripke não existe nessas ocasiões. A tese da obstinação temporal é simplesmente a tese, a qual parece ser bastante razoável, de que o nome ‘Kripke’ continua a designar o seu referente presente, o indivíduo (temporalmente disponível) Kripke, mesmo relativamente àquelas ocasiões passadas ou futuras nas quais esse indivíduo não existe; em particular, ao usar o nome ‘Kripke’ em (5) ou (6), estamo-nos a referir a Kripke.

Concluo assim que, tal como o Argumento da Existência, o Argumento do Tempo é igualmente um argumento que pode ser razoavelmente utilizado para estabelecer a Premissa 1 do Argumento modal anti-descritivista da Obstinação, e logo, supondo que as restantes premissas são aceitáveis, para estabelecer por implicação a conclusão desse argumento.

João Branquinho
Departamento de Filosofia
Faculdade de Letras de Lisboa
Alameda da Universidade
1600-214 Lisboa
jbranquinho@mail.doc.fl.ul.pt

Referências

Devitt, Michael and Sterelny, Kim. 1999. *Language and Reality*. Oxford: Basil Blackwell (2nd edition).

Kaplan, David 1989a. Demonstratives. In J. Almog, J. Perry and H. Wettstein (eds), *Themes From Kaplan*. Oxford and New York: Oxford University Press, 481-564.

Kaplan, David 1989b. Afterthoughts. In J. Almog, J. Perry and H. Wettstein (eds), *Themes From Kaplan*. Oxford and New York: Oxford University Press, 565-614.

Kripke, Saul 1980. *Naming and Necessity*. Oxford: Basil Blackwell.

Linsky, L. 1977. *Names and Descriptions*. Chicago: Chicago University Press.

Plantinga, Alvin. 1978. The Boethian Compromise. *American Philosophical Quarterly* 15, 129-38.

Sainsbury, Mark 1991. *Logical Forms*. Oxford: Basil Blackwell.

Salmon, Nathan U. 1982. *Reference and Essence*. Oxford: Basil Blackwell.

Searle, John 1983. *Intentionality. An Essay in the Philosophy of Mind*. Cambridge, England: Cambridge University Press.

Stanley, Jason 1997. Names and Rigid Designation. In B. Hale and C. Wright (eds), *A Companion to the Philosophy of Language*. Oxford: Basil Blackwell, 555-585.

Rigidez Obstínada e Descritivismo Actualizado

João Branquinho

UnB, Agosto de 2000

(S) Uma frase da forma **As** é verdadeira num mundo possível **m** se e só se **s** é verdadeira no mundo actual @.

(R) Dada uma descrição da forma **ixAFx** e um mundo possível **m**, se há em **m** um e um só indivíduo **y** que satisfaz em **m** a frase aberta **AFx**, ou seja, se há em **m** um e um só indivíduo **y** que satisfaz em @ a frase aberta **Fx**, então a descrição **ixAFx** denotará **y** relativamente a **m**; caso contrário, a descrição **ixAFx** não denotará nada relativamente a **m**.

(A) Para cada nome **NN**, para cada utilizador competente **f** de **NN**, e para cada uso de **NN** por **f** num contexto **c**, há uma descrição definida singular da forma **O actual F** tal que: (a) **f** associa a descrição **O actual F** a **NN** em **c**; e (b) o sentido ou conteúdo de **NN** em **c** é o sentido ou conteúdo de **O actual F** em **c**, sendo a referência de **NN** em **c** determinada nessa base como sendo um objecto **x** se, e só, se **O actual F** denota **x** em **c**.

- (1) Se, actualmente, **x** é um filósofo grego e nasceu em Estagira e escreveu a Metafísica, então **x** é Aristóteles
- (2) Se **x** é Aristóteles, então, actualmente, **x** é um filósofo grego
- (3) Se **x** é Aristóteles, então, actualmente, **x** nasceu em Estagira
- (4) Se **x** é Aristóteles, então, actualmente, **x** escreveu a Metafísica

Argumento da Obstinação

Premissa 1: Nomes próprios são designadores obstinadamente rígidos dos objectos que de facto designam.

Premissa 2: As descrições definidas actualizadas que são supostamente associadas com os nomes pelos falantes não são designadores obstinadamente rígidos dos objectos que de facto denotam, mas designadores persistentemente rígidos desses objectos.

Premissa 3: Propriedades de rigidez (obstinada/persistente) são propriedades semânticas sobrevenientes relativamente a propriedades de sentido ou conteúdo. Por outras palavras, qualquer diferença relativa a propriedades do primeiro género é necessariamente uma diferença relativamente a propriedades do segundo género.

Conclusão: Logo, nomes próprios não são, ou não abreviam, descrições actualizadas: o sentido de um nome não pode ser o sentido de uma descrição desse tipo.

(Obstinação Modal) Seja **d** um designador de um indivíduo **x** relativamente ao mundo actual. **d** é um designador rígido obstinado de **x** se e só se, para todo o mundo possível **m**, **d** designa **x** com respeito a **m**.

(Persistência Modal) Seja **d** um designador de um indivíduo **x** relativamente ao mundo actual. **d** é um designador rígido persistente de **x** se e só se, para todo o mundo possível **m**, se **x** existe em **m**, então **d** designa **x** com respeito a **m**.

Argumento da Existência

Premissa (A): Seja **NN** um nome cujo referente actual é um existente contingente **y**. Então uma frase existencial negativa em que **NN** é o sujeito gramatical, uma frase da forma **NN não existe**, é verdadeira relativamente a um mundo possível **m** onde **y** não existe.

Premissa (B): A frase existencial negativa **NN não existe** é verdadeira relativamente a **m** só se **NN** designar **y** com respeito a **m**.

Conclusão: **NN** é um designador obstinado de **y**.

(Supõe-se, obviamente, que **NN** designa **y** nos outros mundos, aqueles em que **y** existe).

(a) Fa é verdadeira num mundo **m** se e só se o objecto referido por **a** relativamente a **m** pertence à extensão de **F** relativamente a **m**.

(b) Fa é verdadeira num mundo **m** se e só se há em **m** um e um só objecto **y** tal que **y** é referido por **a** relativamente a **m** e **y** pertence à extensão de **F** relativamente a **m**.

Argumento do Tempo

Premissa (A): Nomes próprios são designadores, não apenas temporalmente rígidos, mas também obstinadamente temporalmente rígidos.

Premissa (B): É bem conhecida a analogia entre o tempo e a modalidade, dada de forma notória no facto de noções temporais e noções modais terem uma estrutura conceptual comum, no sentido de satisfazerem o mesmo conjunto de propriedades. Em especial, as noções e princípios da lógica modal têm, em geral, contrapartes imediatas naturais na lógica temporal.

Conclusão: Por analogia, nomes próprios são designadores, não apenas modalmente rígidos, mas também obstinadamente modalmente rígidos.

(Obstinação Temporal) Seja d um designador de um indivíduo x relativamente ao momento presente, t^* . d é um designador rígido temporalmente obstinado de x se e só se, para todo o tempo t acessível a partir de t^* , d designa x com respeito a t .

(Persistência Temporal) Seja d um designador de um indivíduo x relativamente ao momento presente, t^* . d é um designador rígido temporalmente persistente de x se e só se, para todo o tempo t acessível a partir de t^* , se x existe em t , então d designa x com respeito a t .

(5) Kripke não existia quando Carnap publicou *Meaning and Necessity*

(6) Kripke não estará vivo daqui a 50 anos,